

2. Tempo

A Ascensão do Leste Asiático e a Desarticulação do Sistema Político Mundial (*)

Giovanni Arrighi (**)

A história continuamente desarruma os arcabouços conceituais mais precisos e as especulações teóricas mais ou menos elegantes com os quais procuramos entender o passado e prever o futuro do mundo em que vivemos. Nos últimos anos, dois acontecimentos se destacaram por subverter de maneira visível o panorama intelectual: o inesperado declínio da URSS como um dos dois principais centros de poder mundial e a ascensão gradual do Leste asiático como o epicentro de processos de acumulação de capital em escala mundial. Embora cada evento tenha recebido mais do que a merecida atenção dos estudiosos, é a sua ocorrência simultânea que guarda as implicações conceituais e teóricas mais significativas.

Os estudos dos sistemas mundiais podem ser revolucionados por uma ocorrência dessa natureza como qualquer outro campo de pesquisa histórica. Por isso, Andre Gunder Frank afirmou que

“o recente declínio do ‘sistema socialista’ e a crescente riqueza de muitos países asiáticos oferecem uma nova perspectiva sobre as origens e o desenvolvimento de um sistema econômico mundial que perpassou o globo. O momento é próprio para reexaminar criticamente a obra de Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein, pois ambos propuseram que uma economia mundial teria emergido na Europa Ocidental no mínimo por volta de 1450, e dali se expandiu para o restante do mundo”¹.

Na nova perspectiva proposta por Frank, a formação de um sistema econômico mundial que abrange a Eurásia e partes da África antecede de vários milênios o ano de 1450. Nesse antigo sistema econômico, a Europa não teria “incorporado” a Ásia na era moderna. Pelo contrário, depois de 1500 foi a Europa que usou a prata americana para pagar seu ingresso em um sistema comercial dominado pela Ásia. Ainda assim,

(*) Preparado para a Sessão sobre Práxis Global e o Futuro do Sistema Mundial. 9ª Reunião Anual da Associação Americana de Sociologia, Washington, DC, Estados Unidos, 19-23 de agosto, 1995. Tradução de Lia Wyler.

(**) Membro do Centro de Estudos Fernand Braudel, State University of New York at Binghamton.

¹ Andre Gunder Frank, “The World Economic System in Asia Before European Hegemony”, *The Historian*, Vol. 56, n° 2, 1994, p. 259.

“as incursões da Europa na Ásia ... só tiveram êxito depois de uns três séculos, quando o domínio otomano, mongol e Qing enfraqueceram por outras razões. Na economia global, estas e outras economias competiram entre si até a Europa vencer”².

Embora não explicita a dinâmica desta “vitória”, Frank insiste em dois pontos. Primeiro, que nas origens da vitória não há “nenhuma mudança dramática, nem mesmo gradual para uma economia capitalista, e certamente nenhuma que comece na Europa do século XVI”³. E, segundo, que a vitória, atualmente, parece ter sido muito breve.

“A expansão econômica contemporânea no Leste asiático, que começou no Japão, depois nos países interiores do Leste asiático e agora aparentemente também com a China marítima, pode indicar o início de um retorno [a um sistema mundial] em que, no futuro, partes da Ásia novamente desempenhem um papel principal como o fizeram em um passado não muito distante”⁴

Partindo de premissas bem diferentes, um grupo de historiadores japoneses, no qual destacam-se Takeshi Hamashita e Heita Kawakatsu, propôs recentemente uma reinterpretação da “modernização” do Leste asiático que converge em aspectos-chave com a crítica de Frank à visão tradicional da formação e da expansão do sistema mundial moderno. Porém, ao contrário de Frank, Hamashita e Kawakatsu colocam o foco sobre o Leste asiático e não sobre a história mundial. No entanto, como Frank, eles negam que a economia mundial europeia em expansão jamais tenha “incorporado” o que chamam de sistema sinocêntrico de “comércio-tributo” (*tribute-trade*) do Leste asiático.

Na conceituação de Hamashita, as várias zonas marítimas que se estendem do nordeste ao sudeste da Ásia constituem, no mínimo há um milênio, um conjunto integrado de regiões, países e cidades unidos por um sistema de “comércio-tributo” cujo centro é a China. As regiões, países e cidades situados ao longo do perímetro de cada zona marítima “estão bastante próximas para se influenciarem mutuamente, mas demasiado afastadas para assimilarem ou serem assimiladas.” O sistema sinocêntrico de “comércio-tributo” lhes fornecia uma estrutura político-econômica de integração mútua que era, contudo, suficientemente frouxa para dotar seus componentes periféricos de considerável autonomia frente ao centro chinês⁵.

Neste sistema, as “missões de tributo” desempenhavam uma “função imperial de conceder títulos” (*imperial title-awarding function*) que era ao mesmo tempo hierárquica e competitiva. Assim a Coreia, o Japão, as ilhas Ryukyus, o Vietnã e o Laos, entre outros, enviavam “missões de tributo” à China. Mas as Ryukyus e a Coreia enviavam missões também ao Japão, ao passo que o Vietnã exigia “missões de tributo” do Laos. O Japão e o Vietnã, portanto, eram ao mesmo tempo membros periféricos do sistema sinocêntrico e concorrentes da China no exercício da função imperial de conceder títulos⁶.

²Idem, ibidem, p. 273 e 275.

³Idem, ibidem, p. 275.

⁴Barry Gills e Andre Gunder Frank, “The Modern World System under Asian Hegemony. The Silver Standard World Economy 1450-1750” (mimeo.) 1994, p. 6-7.

⁵Takeshi Hamashita, “The Intra-Regional System in East Asia. 19th-20th Centuries”. Texto preparado para o *workshop* “Japan in Asia”, Cornell University, Ithaca (EUA), março-abril 1995, p. 5-8.

⁶Idem, “The Tribute Trade System and Modern Asia”. In: A. J. H. Latham, e H. Kawakatsu, (eds.). *Japanese Industrialization and the Asian Economy*, Londres e Nova York, Routledge, 1994, p. 92.

O sistema de “missões de tributo” se entrelaçava com extensas redes de comércio com as quais crescia simbioticamente. Com efeito, a relação entre comércio e tributo era tão íntima que “é legítimo considerar a troca de tributos como uma transação comercial.”

“Mesmo a corte chinesa ... agia como parte interessada nas transações comerciais. O modo de pagamento era em geral a moeda chinesa, fosse papel-moeda ou prata. Visto de uma perspectiva econômica, o tributo era tratado como uma troca entre vendedor e comprador, em que o ‘preço’ da mercadoria era fixo. De fato, os padrões de ‘preço’ eram determinados, talvez de forma flexível, pelos preços de mercado de Pequim. Dada a natureza desta transação, pode-se demonstrar que a base dessa formação complexa de “comércio-tributo” era determinada pela estrutura de preços da China e que a zona de “comércio-tributo” formava uma ‘zona de prata’ integrada em que a prata era usada como o meio de pagamento da transação comercial. A chave para o funcionamento do “comércio-tributo” como um sistema era a enorme ‘demanda’ (estrangeira) por mercadorias (chinesas) ... e a diferença entre preços dentro e fora da China.”⁷

A expansão européia na Ásia não pôs fim ao sistema sinocêntrico de “comércio-tributo”. Ela apenas influenciou sua dinâmica interna, mais particularmente fortalecendo a disposição pré-existente dos países periféricos de buscar termos mais vantajosos para suas trocas com o centro ou mesmo substituindo a China como centro do sistema. Mas a formação de identidades nacionais entre esses países precedeu, em muito, o impacto europeu e se baseou na própria compreensão de sinocentrismo desses países⁸. Assim, por meio de sua política de isolamento no período Edo (1603-1867), o “Japão estava tentando se tornar uma mini-China tanto ideológica quanto materialmente.” E a industrialização japonesa que se seguiu à Restauração Meiji “foi mais o resultado de uma competição secular no âmbito da Ásia do que um processo de equiparação ao Ocidente”⁹.

No meu entender, nem Hamashita nem Kawakatsu nos contam muita coisa sobre o que restou do sistema sinocêntrico de “comércio-tributo” no final da Segunda Guerra Mundial e o que lhe aconteceu durante a Guerra Fria. Mas suas análises são apresentadas por terem importantes implicações para a nossa compreensão, não somente da história do Leste asiático, como também da evolução presente e da provável evolução futura das relações políticas-econômicas na região e entre a região e o restante do mundo¹⁰. Tais implicações não estão explícitas, mas, pelo menos no caso de Hamashita, creio ser possível resumi-las em duas proposições.

Primeiro, a configuração política, econômica e cultural presente do Leste asiático é uma herança do sistema de “comércio-tributo” que regulou as relações entre as várias jurisdições políticas da região durante séculos antes de sua incorporação ao sistema político moderno, onde predominam as relações entre os Estados. Tal incorporação é um fenômeno muito recente e não se pode esperar que tenha substituído e muito menos apagado a compreensão comum de relações

⁷Idem, *ibidem*, p. 96-97.

⁸Idem, *ibidem*, p. 94, e Takeshi Hamashita, “The Intra-Regional System...”, p. 6, 8-9, 13.

⁹Heita Kawakatsu, “Historical Background”. In: A. J. H. Latham, e H. Kawakatsu (eds.), *Japanese Industrialization and the Asian Economy*, Londres e Nova York: Routledge, 1994, p. 6-7. Ver também Heita Kawakatsu, “International Competitiveness in Cotton Goods in the Late Nineteenth Century: Britain versus India and East Asia”. In: Fischer, W., McInnis R. M. e Schneider J. (eds.). *The Emergence of a World Economy, 1500-1914*, Wiesbaden, Frank Steiner Verlag, 1986.

¹⁰Ver, a esse respeito, Takeshi Hamashita, “The Intra-Regional System...”, p. 4 -5.

interestatais que têm raízes profundas na geografia e na história da região. Essa compreensão comum continuará a influenciar o modo pelo qual se operam as relações interestatais no Leste asiático e entre o Leste asiático e os estados que não pertencem à região.

A segunda premissa diz respeito ao fato de que é previsível que a herança do sistema sinocêntrico “comércio-tributo” tenha um peso ainda maior nas relações entre as empresas comerciais na região do que nas relações entre governos. Isto porque o tributo era inseparável do sistema de comércio regional que, com o tempo, tornou-se cada vez mais independente do envio de “missões de tributo” em si. A principal expressão desta independência foi o crescimento de grandes comunidades comerciais intersticiais, mais destacadamente a diáspora comercial ultramarina dos chineses, que ligou as economias locais da região entre si de modo complementar e cada vez mais competitivo com as “missões de tributo”¹¹. Quando o sistema sinocêntrico de tributos entrou em declínio sob o impacto conjunto do nacionalismo endógeno e da incorporação exógena ao sistema interestatal eurocêntrico, as comunidades comerciais intersticiais não desapareceram no ar. Muito ao contrário, continuaram a constituir um elemento de ligação, “invisível” mas poderoso, da economia regional do Leste asiático.

Esta conceituação da história do Leste asiático contém uma crítica implícita às teorias tradicionais sobre sistemas mundiais que apresentam tanto analogias quanto diferenças usando a crítica de Frank. As duas críticas são análogas em sua ênfase na ancestralidade pré-moderna do sistema mundial contemporâneo e na superficialidade da hegemonia ocidental na Ásia em geral, e no Leste asiático em particular. Uma vez que nas conceituações da história mundial de Braudel e Wallerstein a modernidade e a hegemonia ocidental foram associadas à ascensão e à expansão de um sistema mundial capitalista eurocêntrico, esta ênfase equivale a uma rejeição do capitalismo como uma noção útil para a análise de uma mudança social histórica do mundo. Frank rejeita a noção explicitamente, conforme examinamos; Hamashita, porém, o faz implicitamente, ao omitir qualquer referência ao capitalismo em sua descrição do sistema mundial sinocêntrico e de sua transformação sob a influência ocidental.

Apesar de todas as semelhanças, as duas críticas divergem em um aspecto importante. O principal argumento da crítica de Frank é sublinhar a continuidade temporal básica de um único sistema mundial global antes e depois da descoberta e conquista européias das Américas¹². O principal argumento da crítica implícita de Hamashita, ao contrário, é sublinhar a descontinuidade espacial básica de sistemas mundiais regionais que retêm sua identidade geo-histórica, mesmo depois de terem sido incorporados a um único sistema mundial global. Falando sem rodeios, o principal argumento da crítica de Frank é apagar a história moderna (e capitalista) do mapa da economia global contemporânea, enquanto que o principal argumento da crítica de Hamashita é colocar a geopolítica regional no centro da história mundial contemporânea.

O objetivo do presente texto é demonstrar que, tomadas junta ou separadamente, as duas críticas vão longe demais, e, ao mesmo, não vão longe o suficiente. Vão longe demais porque sua preocupação legítima com a ancestralidade pré-moderna do sistema mundial moderno traduz-se por uma negação da inegável especificidade da era moderna, definida pela extraordinária investida expansionista do sistema eurocêntrico, tanto em termos absolutos quanto relativos, no sistema sinocêntrico. A teoria de Wallerstein sobre a ascensão de um sistema capitalista inerentemente

¹¹ Ver Takeshi Hamashita, “The Tribute Trade System...”, p. 97-103, e “The Intra-Regional System...”, p. 12, 15-16.

¹² Andre Gunder Frank, op. cit., p. 273.

expansionista na Europa pretende destacar e explicar este fenômeno e, como tal, não pode ser descartada a não ser que se produza uma explicação alternativa mais plausível.

Nem Frank nem Hamashita a produzem, razão pela qual suas críticas das teorias tradicionais sobre os sistemas mundiais não têm grande alcance. Ao dispensarem (Frank) ou desprezarem (Hamashita) o papel do capitalismo na formação do mundo contemporâneo, eles não conseguem ver o desafio que os grandes acontecimentos de nosso tempo apresentam à nossa compreensão do capitalismo como um sistema mundial sócio-histórico. Nas duas seções que se seguem, procurarei descrever em linhas gerais a natureza desse desafio, visto de uma perspectiva este-asiática. Retomarei, depois, as questões levantadas até aqui para propor uma reconceitualização do capitalismo histórico que acomoda a preocupação legítima de Frank e Hamashita com a ancestralidade pré-moderna do sistema mundial contemporâneo.

II

Segundo sugere o título deste texto, a ascensão do Leste asiático e a crise atual do sistema de Estados-nações são fenômenos intimamente relacionados. De um modo geral, essa intimidade tem passado despercebida. Cada fenômeno tem sido debatido como se os dois não possuíssem uma relação significativa entre si.

Desde que Charles Kindleberger anunciou que o Estado-nação tinha “praticamente acabado como unidade econômica”¹³, a crise do sistema de Estados-nações tem sido remontada à emergência de um sistema de corporações transnacionais (e a ele associada), que segundo a caracterização do autor, não devem lealdade a nenhum país mais do que a outro, nem se sentem completamente em casa em país nenhum¹⁴. Nos últimos anos, outras facetas da perda de poder dos Estados-nações têm sido lembradas. Assim, Peter Drucker¹⁵ identifica essa perda com o impacto combinado de três forças: o “transnacionalismo” de tratados multilaterais e organizações supraestatais, inclusive corporações transnacionais; o “regionalismo” de blocos econômicos como a União Européia e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA); e o “tribalismo” da crescente ênfase na diversidade e na identidade. Seja como for, os sintomas e as causas da presente crise do sistema de Estados-nações são procuradas e encontradas em todas as regiões do mundo, sem que se dê maior atenção ao Leste asiático.

As descrições da expansão econômica no Leste asiático, por sua vez, quase não fazem referência à perda de poder dos Estados-nações como um aspecto significativo do fenômeno¹⁶. E, pior ainda, a fantasia neo-liberal de maior respeito por mercados auto-reguláveis e a confiança nessa sua capacidade por parte dos governos asiáticos economicamente bem-sucedidos têm canalizado os debates na direção errada. A fim de desmontar com autoridade e eficácia tal fantasia,

¹³ Charles Kindleberger, *American Business Abroad*, New Have, Yale University Press, 1969 (cap. 6).

¹⁴Ver também a esse respeito, entre outros autores, Stephen Hymer e Robert Rowthorn, “Multinational Corporations and International Oligopoly: The Non-American Challenge”. In: Charles Kindleberger (ed.), *The International Corporation: a Symposium*. Cambridge (Ma), The MIT Press, 1970, p. 88-91; Richard J. Barnet e Ronald E. Müller, *Global Reach. The Power of the Multinational Corporations*, Nova York, Simon & Schuster, 1974, p. 15-16; Robert Reich, *The Work of Nations. Preparing Ourselves for 21 st-Century Capitalism*, Nova York, Random House, 1992, p. 3.

¹⁵ Peter Drucker, *Post-Capitalist Society*, Nova York, Harper and Row, 1993, p. 141-156.

¹⁶Para uma exceção parcial, ver Mitchell Bernard e John Ravenhill, “Beyond Product Cycles and Flying Geese: Regionalization, Hierarchy and the Industrialization of East Asia”. In: *World Politics*, Vol. 47, nº 2, 1995, p. 171-209.

alguns autores¹⁷ têm veiculado a impressão de que a crise dos Estados-nações, se é que existe, não afeta o Leste Asiático, posto que lá os Estados estão fortes e saudáveis.

Deixando de lado a questão se os Estados do Leste asiático estão fortes e saudáveis - alguns estão e outros não - comecemos por observar as peculiaridades dos Estados do Leste asiático, quando comparados ao tipo ideal de Estado-nação. Três peculiaridades se destacam entre as demais: a natureza “quase-Estado” dos Estados da região economicamente mais bem-sucedidos; a importância de redes comerciais informais para ligar as economias desses quase-Estados entre si e com o restante da região; e o extremo equilíbrio na distribuição dos recursos militares, financeiros e demográficos entre os Estados que operam na região.

A expressão “quase-Estados” foi cunhada por Robert Jackson¹⁸ para designar os Estados aos quais foi concedida a condição jurídica de Estado, tornando-os assim membros do sistema interestatal, mas não possuem a capacidade necessária para desempenhar as funções governamentais historicamente associadas à condição de Estado. Jackson usa a expressão particularmente com referência aos Estados menos bem-sucedidos do Terceiro Mundo, surgidos na onda de descolonização pós-Segunda Guerra Mundial. Contudo, em graus variáveis e modos diversos, os cinco Estados capitalistas mais bem-sucedidos do Leste asiático - o Japão e os chamados quatro tigres - são qualificados como quase-Estados.

Isto se explica porque os aspectos internos e externos da soberania nacional são essencialmente teorias sobre a legitimidade da autoridade. As sociedades nacionais organizadas em Estados são, em teoria, o ápice da autoridade legítima, “nem subordinadas às sociedades mundiais nem desafiadas pelas sociedades ou organizações locais.” A teoria, porém, “é muitas vezes contrariada pelos fatos”¹⁹. Conforme veremos, fatos-chave na história do mundo moderno contraria a teoria dos Estados-nações como o ápice da autoridade legítima. Mas em nenhuma época, desde o século XVI, os fatos de um centro emergente de capitalismo mundial contrariaram a teoria mais conspicuamente do que hoje no Leste asiático.

Entre os Estados capitalistas mais bem-sucedidos da região apenas o maior, o Japão, é um Estado-nação na acepção total do termo. Regional e globalmente, no entanto, até o Japão ainda é um protetorado militar dos Estados Unidos. *Mutatis mutandi*, ele merece plenamente a designação de “estado semi-soberano” com que Peter Katzenstein²⁰ caracterizou a República Federal da Alemanha. A Coreia do Sul e o Taiwan, os dois Estados de tamanho intermediário, também são protetorados militares dos Estados Unidos. Acresce que nenhum deles é um Estado-nação na acepção total da palavra, visto que a Coreia do Sul vive em constante esperança ou temor de ser reunida à sua metade do norte, e o Taiwan vive em constante esperança ou temor de se tornar o

¹⁷ Chalmer s Johnson, “Political Institutions and Economic Performance: The Government-Business Relationship in Japan, South Korea and Taiwan”. In: F. C. Deyo(ed.), *The Political Economy of the New Asian Industrialization*, Ithaca, Cornell University Press, 1987, p. 136-164. Desse mesmo autor, ver “The Japanese Political Economy: A Crisis in Theory”. *Ethics and International Affairs*, nº (?) 2, p. 79-97, 1988. Ver também Alice Amsden, *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization*, Nova York, Oxford University Press, 1989 e Robert Wade, *Governing the Market. Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*, Princeton (NJ), Princeton Univeristy Press, 1990.

¹⁸ Robert Jackson, *Quasi-States: Sovereignty, International Relations and the Third World*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 21.

¹⁹ John Boli, “Sovereignty from a World Polity Perspective”. Texto apresentado na reunião anual da American Sociological Association, Miami, Florida, 1993, p. 10-11.

²⁰ Peter Katzenstein, *Policy and Politics in West Germany: The Growth of a Semisovereign State*, Filadelfia, Temple University Press, 1987.

senhor ou o servo da China continental. Finalmente, os dois estados menores, mas de modo algum os menos importantes, o semi-soberano Hong Kong e Cingapura, não são Estados-nações, mas sim cidades-Estados, e exercem no Leste asiático funções que não diferem muito daquelas desempenhadas por Gênova ou Veneza no início da Europa moderna. As funções de entreposto comercial e industrial exercidas por Cingapura fazem-na parecer com Veneza, ao passo que as funções de entreposto comercial e financeiro exercidas por Hong Kong fazem-na parecer com Gênova²¹.

Esta configuração peculiar dos Estados capitalistas do Leste asiático corresponde a uma configuração igualmente peculiar das organizações comerciais da região. Até muito recentemente, o Leste asiático (particularmente o Nordeste asiático) era fonte e receptor secundário de investimentos estrangeiros diretos, se comparado não apenas à América do Norte e à Europa Ocidental, mas também à América Latina, ao sul, ao centro da África e ao norte da África e ao Oriente Médio. Em consequência, a integração vertical das atividades econômicas em jurisdições políticas típicas do capitalismo de corporações dos Estados Unidos jamais se tornou tão importante no Leste asiático quanto na maioria das regiões do mundo não-comunista.

Na década de 1970 e sobretudo na de 1980, embora o investimento estrangeiro direto no Leste asiático e entre este e o restante do mundo tivesse crescido rapidamente²², a organização além fronteiras de empresas comerciais na região dependeu muito mais das redes informais entre unidades juridicamente independentes do que da integração vertical dentro de uma única empresa de múltiplas unidades (*multi-unit enterprise*). Na década de 1970 e início da década de 1980, o principal agente na formação de redes comerciais regionais deste tipo eram as companhias industriais e comerciais japonesas, que transplantaram pela região seu sistema nacional de subcontratação multiestratificado (*multilayered*)²³. De meados da década de 1980 em diante, porém, a liderança das companhias japonesas na formação de redes comerciais regionais foi suplementada e, em áreas-chave, ultrapassada pelas atividades da diáspora comercial ultramarina dos chineses²⁴. Esses dois agentes, nas palavras de um economista graduado de mercados de capital do Deutsche Bank em Tóquio,

“na realidade não se misturam, mas se completam bem. A comunidade chinesa no ultra-mar é o óleo, o lubrificante que torna os negócios possíveis, e os japoneses são o vinagre, a tecnologia, o capital e o gerenciamento que realmente decidem a questão”²⁵

²¹Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century. Money, Power and the Origins of Our Times*, Londres, Verso, 1994, p. 78.

²²Peter A. Petri, “The East Asian Trading Bloc: An Analytical History”. In: J. A. Frankel e M. Kahler (eds.), *Regionalism and Rivalry. Japan and the United States in Pacific Asia*, Chicago, The University of Chicago Press, 1993, p. 39-42.

²³Giovanni Arrighi, Satoshi Ikeda e Alex Irwan, “The Rise of East Asia: One Miracle or Many?”. In: R. A. Palat (ed.), *Pacific-Asia and the Future of the World System*, Westport, Greenwood Press, 1993.

²⁴Giovanni Arrighi, “The Rise of East Asia. World Systemic and Regional Aspects”. Binghamton (NY), Fernand Braudel Center, State University of New York, 1994. Ver também Alex Irwan, “Business Networks and the Regional Economy of East and Southeast Asia in the Late Twentieth Century”, Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, State University of New York em Binghamton, 1995.

²⁵Citado em Louis Kraar, “The New Power in Asia”, *Fortune*, 31 de outubro de 1993, p. 40.

Po-keung Hui²⁶ documentou a derivação da diáspora capitalista chinesa que está surgindo como um importante agente de processos de acumulação de capital nas comunidades comerciais do Leste asiático, desenvolvidas nos interstícios do sistema sinocêntrico de “comércio-tributo” antes e depois do impacto europeu. Sua análise, embora endosse o argumento de Hamashita sobre a continuada relevância do sistema sinocêntrico de “comércio-tributo” para a compreensão da dinâmica presente e futura do Leste asiático, também convida a uma comparação com agentes comerciais de estrutura similar que desempenharam um papel crítico na formação e na expansão inicial da economia mundial capitalista eurocêntrica.

Refiro-me especificamente à diáspora capitalista genovesa que, em associação com os governantes territorialistas de Portugal e Espanha, promoveram e organizaram a expansão transoceânica da economia mundial europeia em fins do século XV e princípios do século XVI²⁷. Discutiremos mais adiante o significado dessa associação íbero-genovesa para compreender melhor as origens do sistema mundial capitalista eurocêntrico. Por ora, vamos simplesmente sublinhar duas notáveis semelhanças entre a diáspora capitalista dos genoveses no século XVI e a dos chineses do final do século XX. Refiro-me, em primeiro lugar, a exemplo das redes de intermediação comercial e financeira controladas pela diáspora genovesa do século XVI, às redes comerciais controladas pela diáspora chinesa que ocupam locais (Hong-Kong, Taiwan, Cingapura, bem como os centros comerciais mais importantes dos países do Sudeste Asiático e da China continental), mas não são definidas pelos locais que ocupam. O que define as redes é o espaço-de-fluxos (*space-of-flows*) - isto é, as transações comerciais e financeiras - que liga os locais onde os membros individuais ou os subgrupos da diáspora conduzem seus negócios²⁸. Em segundo lugar, refiro-me, a exemplo das redes comerciais da diáspora genovesa do século XVI, às redes comerciais ultramarinas dos chineses, formação intersticial que prospera nos limites e contradições das vastas organizações territoriais, organizações cujas redes de poder são tão extensas que lembram mais impérios mundiais pré-modernos do que Estados-nações.

Isto nos remete à terceira peculiaridade da economia política do Leste Asiático: o extremo desequilíbrio da distribuição de recursos de poder (*power resources*) entre as jurisdições políticas. Esse desequilíbrio extremo é o avesso das duas peculiaridades que acabamos de discutir. Em termos gerais, a “semi-soberania” dos Estados capitalistas mais bem-sucedidos da região é a outra face da sua incorporação às redes de poder dos Estados Unidos. E a crescente importância da comunidade chinesa além-fronteiras na promoção da expansão econômica e da integração da região é apenas um aspecto da reincorporação da China continental aos mercados regional e mundial.

O extremo desequilíbrio do poder militar na região é fundamentalmente uma herança da derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial e da política norte-americana de “contenção” durante a Guerra Fria. A ocupação militar unilateral do Japão pelos Estados Unidos em 1945 e a divisão da região cinco anos mais tarde em dois blocos antagônicos criou, segundo Bruce Cumings, “um regime norte-americano vertical consolidado por meio de tratados de defesa bilaterais (com o

²⁶ Po-keung Hui, “Overseas Chinese Business Networks: East Asian Economic Development in Historical Perspective”, Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, State University of New York em Binghamton, 1995.

²⁷ Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, cap. 2.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 82-84.

Japão, a Coreia do Sul, o Taiwan e as Filipinas) e conduzido por um Departamento de Estado que dominava os ministérios do Exterior desses quatro países”²⁹. Segundo ele,

“Todos se tornaram Estados semi-soberanos, profundamente infiltrados pelas estruturas militares norte-americanas (o controle operacional das Forças Armadas da Coreia do Sul, o patrulhamento do estreito de Taiwan pela Sétima Frota, instalações de defesa para os quatro países, bases em seus territórios) e incapazes de uma política exterior independente ou de iniciativas de defesa. Todos eram, num sentido contemporâneo, “reinos eremitas” uns frente aos outros, se não frente aos Estados Unidos ... Houve pequenas negociações através da cortina militar que começaram em meados da década de 1950, tais como um pequeno comércio entre o Japão e a China ou o Japão e a Coreia do Norte. Mas a tendência dominante era um regime norte-americano unilateral, fortemente propenso para as formas militares de comunicação³⁰”.

É interessante observar como esse “regime unilateral norte-americano” combinou desde o início características que o fizeram semelhante ao sistema sinocêntrico pré-moderno de “comércio-tributo”, bem como ao regime ibero-genovês de dominação e acumulação no início da era moderna. A principal semelhança com o sistema sinocêntrico foi a interpenetração das relações de tributo e comércio entre um centro imperial cuja economia interna apresentava um tamanho incomparavelmente maior do que o dos seus Estados vassalos. Sob este aspecto, poderíamos afirmar que a *Pax Americana* no Leste asiático transformou a periferia do antigo sistema sinocêntrico de “comércio-tributo” na periferia de um sistema centrado nos EUA, de “comércio-tributo”

Este regime centrado nos EUA, de “comércio-tributo”, do Leste asiático, porém, criou uma especialização funcional entre o Estado imperial e os Estados vassalos sem paralelo no antigo regime sinocêntrico. Muito ao contrário, ele nos lembra o regime quase-imperial ibero-genovês do século XVI. A principal característica desse último regime era um relacionamento de trocas políticas entre uma organização territorialista (ibérica), que se especializava em fornecer proteção e conquistar o poder, e uma organização capitalista (genovesa), que se especializava em comerciar e conquistar o poder. Podemos reconhecer claramente um relacionamento semelhante entre os Estados Unidos e o Japão durante toda a Guerra Fria. Isto porque a “semi-soberania” permitiu ao capital japonês externalizar os custos de proteção e se especializar na busca do lucro com o mesmo sucesso que o capital genovês fizera quatro séculos antes³¹. A respeito dessa questão, assim se posiciona Franz Schurmann:

“Livre dos gastos com a defesa, o governo japonês canalizou todos os seus recursos e energias para um expansionismo econômico que trouxe riqueza ao Japão e levou seus negócios aos cantos mais remotos do planeta. A guerra só entrou em questão quando o povo e o governo conservador resistiram em participar de guerras externas como as da Coreia e do Vietnã. Fazendo as concessões exigidas pelo tratado

²⁹ Bruce Cummings, “Japan and Northeast Asia into the 21st Century”. Texto preparado para o *workshop* “Japan in Asia”, Cornell University, maio 1994, p. 23

³⁰ Idem, ibidem, p. 23-24.

³¹ Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 120 e 338.

de segurança firmado com os norte-americanos, o governo procurou se envolver apenas com aquilo que trouxesse lucro econômico aos negócios japoneses³².

Apesar de todas as semelhanças com os modos de dominação e acumulação da pré modernidade e do início da modernidade, o regime centrado nos EUA do Leste asiático pós-Segunda Guerra Mundial difere radicalmente dos precedentes no mínimo sob um aspecto: o poderio incomparavelmente maior e a sofisticação tecnológica do aparato militar-industrial dos Estados Unidos. A extensa rede de bases ultramarinas quase-permanentes instaladas ou mantidas pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial “não teve precedente histórico; nenhum Estado baseara anteriormente suas próprias tropas no território soberano de outros estados um contingente de tropas tão numeroso por um período de paz tão extenso”³³. Nem em seus sonhos mais arrebatados, os governantes da China imperial ou da Espanha imperial imaginaram que uma distribuição tão extensa e potencialmente destruidora de forças militares pudesse jamais existir.

No entanto, foi precisamente na esfera militar que o regime centrado nos EUA no Leste asiático começou a rachar, pois a guerra do Vietnã destruiu o que a guerra da Coreia havia criado. A guerra da Coreia instituiu o regime centrado nos EUA no Leste asiático mediante a exclusão da China continental das relações normais de comércio e diplomacia com a parte não-comunista da região, usando o bloqueio e as ameaças de guerra respaldados por um “arquipélago de instalações militares norte-americanas”³⁴. Em contraposição, a guerra do Vietnã iniciou uma virada no destino econômico dos Estados Unidos e do Japão que, com o tempo, tornou o poder mundial dos Estados Unidos dependente das finanças japonesas. E o que é mais importante, forçou os Estados Unidos a readmitirem a China continental nas relações comerciais e diplomáticas normais com o restante do Leste asiático³⁵.

Tal resultado transformou o desequilíbrio anterior na distribuição regional de recursos de poder, mas não o eliminou. A ascensão do Japão à condição de fonte de influência financeira e industrial de significado mundial transformou o relacionamento anterior de vassalagem econômica e política japonesa aos Estados Unidos em um relacionamento de vassalagem mútua. O Japão continuou a depender dos Estados Unidos para sua proteção militar, mas os Estados Unidos passou a depender de uma forma ainda mais aguda das finanças e da indústria japonesas para a produção do seu aparato de proteção. Ou seja, os recursos de poder tornaram-se mais uniformemente distribuídos entre os Estados Unidos e o Japão, mas a diferenciação estrutural entre os dois Estados existente na base de seu relacionamento de trocas políticas, no mínimo, aumentou ainda mais.

Ao mesmo tempo, a reincorporação da China continental às economias de mercado global e regional trouxe de novo ao cenário um Estado cuja importância demográfica, abundância de mão-de-obra e potencial de crescimento ultrapassavam por ampla margem as de todos os outros estados que operavam na região, inclusive os Estados Unidos. Em menos de 20 anos depois da missão de Richard Nixon a Beijing, e menos de 15 anos depois do restabelecimento formal de relações

³² Franz Schurmann, *The Logic of World Power. An Inquiry into the Origins, Currents and Contradictions of World Politics*, Nova York, Pantheon, 1974, p. 143.

³³ Stephen Krasner, “A Trade Strategy for the United States”, *Ethics and International Affairs*, 2, 1988, p. 21.

³⁴ Bruce Cumings, *op. cit.*, p. 23.

³⁵ Giovanni Arrighi, “The Rise of East Asia...”.

diplomáticas entre os Estados Unidos e a República Popular da China, este *container* gigantesco de força de trabalho já parecia prestes retomar a posição de forte polarizador de meios de pagamento que fora na pré-modernidade e no início da modernidade. Sem dúvida, a República Popular da China foi reincorporada nos mercados global e regional nos níveis hierárquicos mais baixos de valor agregado da economia mundial capitalista. E apesar dessa extraordinária expansão de sua produção interna e de seu comércio externo nos últimos 15 anos, o seu PIB per capita, a preços do mercado mundial, manteve-se entre os mais baixos do mundo³⁶. Ainda assim, essa incapacidade relativa de elevar o PIB per capita no mercado mundial de preços, intensificou a atração das enormes reservas de mão-de-obra da República Popular da China para o capital e o empresariado estrangeiros, o que se reflete no crescimento explosivo do fluxo de capitais para a China desde fins da década de 1980³⁷.

Se o principal atrativo da República Popular da China para o capital estrangeiro tem sido as suas reservas enormes e extremamente competitivas de força de trabalho, o “casamenteiro” que facilitou o encontro do capital estrangeiro com a força de trabalho chinesa foi a diáspora capitalista dos chineses de além-mar.

Atraídos pela reserva de mão-de-obra qualificada e barata e pelo seu potencial crescente como mercado que contém um quinto da população mundial, os investidores estrangeiros continuaram a despejar dinheiro na República Popular da China. Cerca 80% desse capital provêm da comunidade chinesa de além-mar, formada por refugiados da pobreza, da desordem e do comunismo, que em uma das ironias mais picantes de nossa era são hoje os financistas e os modelos de modernização favoritos de Beijing. Até os japoneses muitas vezes confiam na comunidade chinesa de além-mar para facilitar sua entrada na China³⁸.

Na realidade, Pequim confiou na comunidade chinesa de além-mar para facilitar a reincorporação da China nos mercados regional e mundial. Alvin So e Stephen Chiu³⁹ demonstraram que a forte aliança política que se estabeleceu na década de 1980 entre o Partido Comunista Chinês e os capitalistas da comunidade chinesa de além-mar fazia muito sentido em termos de seus respectivos objetivos. Isto porque a aliança oferecia a esses chineses extraordinárias oportunidades de lucrar com a intermediação comercial e financeira, ao mesmo tempo que fornecia ao Partido Comunista Chinês meios extremamente eficientes de matar dois coelhos com uma só cajadada: estimular a economia interna da China continental, ao mesmo tempo em que promovia a unificação nacional de acordo com o modelo “uma nação, dois sistemas”.

Mas a ironia mais picante da situação foi o modo com que a “pós-modernidade” pré-moderna encara a região que se tornou a mais dinâmica do sistema mundial capitalista. Segundo a maioria dos autores, uma das principais características da pós-modernidade é o declínio da utilidade e do poder dos Estados-nações:

“Parece que nos últimos séculos o ator autônomo chave nas questões políticas e internacionais não está perdendo apenas o controle e a integridade, mas está se tornando o tipo errado de unidade para lidar com as novas circunstâncias. Em alguns casos ela é demasiado grande para agir eficazmente; em outros, é demasiado pequena. Em consequência, há pressões para “re-situar a autoridade”

³⁶ Aiguo Lu, “China’ Reintegration in the World Economy: A Preliminary Assessment”. Helsinki, UNU/WIDER, 1995.

³⁷ Giovanni Arrighi, “The Rise of East Asia...”.

³⁸ Louis Kraar, op. cit., p. 40.

³⁹ Alvin Y. So e Stephen W. K. Chiu *East Asia and the World Economy*, Newbury Park, Sage, 1995, cap. 11.

tanto para cima quanto para baixo, criando estruturas que possam atender melhor às forças de mudança de hoje e de amanhã”⁴⁰.

Se o problema dos Estados-nações é serem “demasiado grandes” ou “demasiado pequenos” para funcionar com eficiência, as dádivas da história e da geografia parecem ter oferecido ao Leste asiático uma solução para o problema, dotando-o de uma variedade de organizações territoriais e não-territoriais que são algo menos, ou algo mais, ou algo diverso dos Estados-nações. Há cidades-Estados e quase-Estados; quase-impérios e “nações” que não são Estados, como a comunidade chinesa de ultra-mar. Há, sobretudo, uma diferenciação estrutural entre as organizações mais poderosas da região que deixou os Estados Unidos no controle da maior parte do armamento, o Japão e a comunidade chinesa no ultra-mar no controle da maior parte do dinheiro, e a República Popular da China no controle da maior parte da força de trabalho. Nesta formação político-econômica “confusa”, mas muito bem-sucedida em termos capitalistas, há um bom número de Estados-nações. Mas eles ou são componentes periféricos da formação regional - como a Malásia, a Tailândia, a Indonésia, o Vietnã, o Laos, o Camboja e as Filipinas, em diferentes graus e de diferentes formas -, ou não se enquadram na imagem de Estado-nação com a qual vimos tentando entender as origens e a dinâmica atual do mundo moderno.

III

A configuração econômica e política peculiar do Leste asiático contemporâneo oferece dois grandes desafios às teorias tradicionais sobre os sistemas mundiais. Em primeiro lugar, será possível que algumas ou todas as suas peculiaridades sejam, na realidade, características da história do capitalismo, mais comuns do que estivemos dispostos ou fomos capazes de reconhecer? E, em segundo lugar, se tal for o caso, que tipo de construção teórica nos capacitaria a entender melhor a lógica e as implicações da ascensão do Leste asiático e do declínio concomitante dos Estados-nações no papel de atores-chave na política mundial? Na presente seção focalizarei o primeiro desafio, deixando o segundo para uma breve reflexão na seção final.

A descrição precedente das peculiaridades da economia política do Leste asiático já sublinhou a dificuldade de separar no “cadinho” da região as formas de organização modernas das pré-modernas e as orientais das ocidentais. Por um lado, destacamos as semelhanças que existem entre as estratégias e as estruturas das principais instituições empresariais e governamentais do final do século XX com as de suas contrapartes européias do século XVI. Por outro lado, observamos algumas semelhanças notáveis entre o regime EUA-cêntrico do Leste asiático na era da Guerra Fria e o regime sinocêntrico de “comércio-tributo” dos tempos pré-modernos.

A tais semelhanças deveríamos acrescentar que a configuração político-econômica da história do sistema mundial do capitalismo eurocêntrico é tão “confusa” quanto (senão mais “confusa”) a configuração atual do capitalismo no Leste asiático. A noção, em particular, de que os Estados-nações foram os agentes-chave no processo de formação e expansão do sistema capitalista eurocêntrico obscurece tanto quanto esclarece esse processo. Cidades-Estado, diáspora de classes capitalistas, quase-Estados e quase-impérios, todos desempenharam um papel tão crítico quanto os Estados-nações.

⁴⁰ Paul Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*, Nova York, Random House, 1993, p. 131 (grifos no original).

Na formação original do sistema, as cidades-Estados abriram o caminho. Segundo enfatizaram alguns autores⁴¹, de modos diferentes mas complementares, o sistema medieval tardio das cidades-Estados com centro em Veneza, Florença, Gênova e Milão anteciparam em dois séculos ou mais muitas características-chave do sistema europeu de Estados-nações instituído pela paz da Westfália de 1648. Com efeito, segundo Mattingly⁴², a paz da Westfália teve por modelo a paz de Lodi, firmada em 1454 e que institucionalizou o equilíbrio do poder entre as cidades-Estados italianas.

O período de 200 anos que separa 1648 de 1454 corresponde quase exatamente ao “longo” século XVI de Braudel e Wallerstein. No início do período, o capitalismo como modo de dominação e acumulação ainda se achava fundamentalmente engastado no sistema italiano de cidades-Estados e assim se manteve como uma formação intersticial da economia mundial européia. Ao final do período, engastara-se num sistema de Estados-nações de âmbito europeu e, como tal, tornara-se o modo prevalecente de dominação e acumulação em toda a economia mundial européia. A face oposta dessa transformação na estrutura interna da economia mundial européia foi uma extraordinária expansão de suas fronteiras externas, mediante a conquista das Américas, as grandes incursões na economia mundial do oceano Índico e o estabelecimento de contatos diretos com o sistema sinocêntrico de “comércio”-tributo⁴³.

Do ponto de vista da atual configuração político-econômica do Leste asiático, o aspecto mais interessante desta transformação expansiva é que seus agentes eram algo menos, ou algo mais, ou algo diverso dos Estados-nações. Sem dúvida, os Estados-nações foram os principais beneficiários do processo, mas não foram seus promotores nem seus organizadores.

Inicialmente, o principal agente foi o complexo íbero-genovês de que falamos, reunido e mantido coeso por um relacionamento mutuamente benéfico de trocas políticas entre a diáspora capitalista genovesa e os governantes territorialistas daquela que em pouco tempo se tornaria a Espanha imperial. À medida que a economia mundial européia se reorganizou e se expandiu sob a liderança íbero-genovesa, surgiram em seu meio várias formas de proto-nacionalismo em oposição às pretensões dos governantes territorialistas da Espanha e às tendências centralizadoras da diáspora capitalista genovesa nas altas finanças européias. Mesmo então, os centros principais e os agentes desse poder opositor não foram os Estados-nações mais acabados, como a França, a Inglaterra e a Suécia. Ao invés, foi o quase-Estado da Holanda - uma organização semi-soberana que lutava para atingir a condição jurídica de Estado, apresentando um número maior de características comuns com as cidades-Estado em declínio do que com os Estados-nações em ascensão⁴⁴.

Após a paz da Westfália, os Estados-nações se tornaram de fato os principais agentes de mudança no sistema mundial eurocêntrico. Contudo, o Estado-nação mais ativo e mais bem-sucedido em promover a expansão externa do sistema, a Grã Bretanha, apoiava-se fortemente em

⁴¹Garrett Mattingly, *Renaissance Diplomacy*, Nova York, Dover, 1988; Oliver Cox, *Foundations of Capitalism*, Nova York, Philosophical Library, 1959; Frederic Lane, *Venice and History*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1966, e *Profits from Power. Readings in Protection Rent and Violence-Controlling Enterprises*, Albany, State University of New York Press, 1979; Fernand Braudel, *The Perspective of the World*, Nova York, Harper and Row, 1984, cap. 2; e William McNeill, *The Pursuit of Power: Technology, Armed Force and Society since A. D. 1000*, Chicago, The University of Chicago Press, 1984, cap. 3.

⁴²Garrett Mattingly, op. cit., p. 178.

⁴³Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 32-47

⁴⁴Idem, ibidem, p. 109-158 e 177-195.

formas de organização empresarial e governamental que tinham sido introduzidas pelas cidades-Estado, as diásporas empresariais, os quase-impérios e os quase-Estados. Essa herança da pré-modernidade e do início da modernidade tornou-se particularmente evidente no século XIX, quando a Grã-Bretanha de modo breve, mas quase literal, governou o mundo inteiro por meio de uma combinação de técnicas de poder derivadas igualmente de Veneza e da Holanda, por um lado, e de Gênova e da Espanha imperial, por outro⁴⁵.

O império mundial da Grã-Bretanha, meio territorialista e meio capitalista, com o tempo, entrou em colapso sob o peso de suas próprias contradições. Na altura em que isto ocorreu, porém, as mudanças já tinham tornado o mundo irreconhecível e preparado o terreno para a expansão universal subsequente e a substituição simultânea do sistema europeu de Estados-nações. A “industrialização” da guerra, dos transportes e das comunicações levaram a uma ruptura sem precedente das barreiras temporais e espaciais tanto nas regiões anteriormente discretas da economia global quanto entre essas regiões. Por sua vez, essa “compressão espaço-temporal”, como David Harvey⁴⁶ designou o fenômeno, revolucionou as condições sob as quais os Estados se formavam e se relacionavam entre si.

Por um lado, a formação de Estados e de economias nacionais podia agora ser encetada eficazmente numa escala muito superior à anterior. Em consequência, percebeu-se que o Estado-nação típica do núcleo europeu era demasiado “pequeno” para competir militar e comercialmente com as economias de tamanho continental que se estavam formando no flanco oriental do império russo e no flanco ocidental dos Estados Unidos. A obsessão da Alemanha pelo *Lebensraum*, que encontrava paralelo na obsessão do Japão pelo *tairiku*, era apenas um aspecto dessa percepção, que não tardou a se tornar uma profecia auto-realizável mediante a exacerbação dos conflitos que levaram à Primeira e depois à Segunda Guerra Mundial. Mesmo antes de terminar a Segunda Guerra Mundial, observa Paul Kennedy,

“O mundo bipolar, anunciado com tanta frequência no século XIX e no início do XX, finalmente chegara; a ordem internacional, nas palavras de DePorte, agora mudava ‘de um sistema para outro’. Somente os Estados Unidos e a União Soviética contavam ... e dos dois, a ‘superpotência’ americana era imensamente superior.”⁴⁷

Por outro lado, a teia de trocas de pequeno volume e pequena densidade que ligava frouxamente as economias mundiais e os impérios mundiais da Afroeurásia entre si desde os tempos pré-modernos, e às Américas e depois à Australásia nos tempos modernos, cresceram então em volume e densidade a uma velocidade historicamente sem precedentes. O resultado é que a economia global passou a ser percebida como algo tão interdependente que tornava a independência da economia nacional anacrônica. Por ironia, os primeiros profetas da interdependência econômica global foram os fundadores daquele tipo de socialismo que, com o tempo, tornou-se o mais ardoroso defensor do isolamento econômico nacional. Num momento em que mal começara a grande revolução de meados do século XIX nos transportes e nas comunicações mundiais, Marx e Engels proclamaram

“Todas as indústrias nacionais antigas são desalojadas pelas novas indústrias, cuja introdução tornou-se uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas, que já não processam matéria prima nativa mas matéria prima retirada das

⁴⁵ Idem, ibidem, p. 57-58, 167-171 e 195-213.

⁴⁶ David Harvey, *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Oxford, Basil Blackwell, 1989, p. 240-241.

⁴⁷ Paul Kennedy, op. cit., p. 357

zonas mais remotas do globo; indústrias cujos produtos são consumidos, não somente no próprio país, mas em todos os quadrantes do globo ... Em lugar do velho isolamento da auto-suficiência locais e nacionais, temos as relações multidirecionais, a interdependência universal das nações.^{48*}

Robert Wade observou, em texto ainda inédito, que grande parte da discussão sobre a globalização e a irrelevância dos Estados-nações apenas recicla argumentos que estiveram em moda há cem anos. Há, no entanto, duas diferenças importantes entre a realidade e a percepção da obsolescência dos Estados-nações hoje e na virada do século XIX para o XX. Primeiramente, há cem anos a realidade, e até certo ponto a percepção da crise dos Estados-nações se referiam aos Estados do velho núcleo europeu diante dos Estados continentais que se formavam no perímetro externo do sistema eurocêntrico, em particular os Estados Unidos. A ascensão irresistível do poder e da riqueza dos Estados Unidos, e do poder soviético, embora não de sua riqueza, no curso das duas guerras mundiais e suas decorrências, confirmaram a validade da expectativa geral de que os Estados-nações do velho núcleo europeu estavam destinados a viver à sombra dos dois gigantes que os flanqueavam, a não ser que eles mesmos pudessem atingir dimensões continentais. Em contraposição, a realidade, e em grau menor a percepção, da crise atual dos Estados-nações, é que os Estados gigantes em si estão em apuros.

O repentino colapso da União Soviética esclareceu e obscureceu, ao mesmo tempo, a nova dimensão da crise. Esclareceu, ao mostrar em que medida a mais extensa, mais auto-suficiente, e segunda maior potência militar do mundo se tornou vulnerável às forças da integração econômica global. Mas obscureceu a verdadeira natureza da crise ao provocar uma amnésia geral do fato de que a crise do poder mundial dos Estados Unidos precedeu o colapso da URSS e, com altos e baixos, sobreviveu ao fim da Guerra Fria.

A segunda diferença entre a crise do Estado-nação hoje e a de cem anos é que as estratégias e estruturas da hegemonia norte-americana na era da Guerra Fria aprofundaram e ampliaram a crise, transformando Estados pequenos e médios em quase-Estados e criando condições para uma nova compressão espaço-temporal que minou o poder até dos Estados maiores. Sem dúvida, sob a hegemonia dos Estados Unidos a forma Estado-nação de organização política tornou-se universal. Mas, à medida que a forma de soberania nacional se expandiu, sua substância se contraiu como nunca antes o fizera⁴⁹

Em parte, isto foi a consequência direta da institucionalização da idéia de um governo mundial e do exercício real das funções de um governo mundial pelos Estados Unidos. A institucionalização da idéia de um governo mundial materializou-se com a criação de organizações como as Nações Unidas e Bretton Woods, que impuseram restrições de vários tipos à soberania da maioria dos Estados-nações que eram seus membros. Mas as maiores restrições foram impostas pela série de alianças militares regionais centradas nos EUA e pelo sistema monetário mundial também centrado nos EUA, com os quais, no auge do seu poder, os Estados Unidos governaram o mundo.

Em parte, porém, a evaporação da substância da soberania nacional foi o resultado indireto das novas formas de integração econômica regional e mundial que cresceram sob a carapaça do poder financeiro e militar dos Estados Unidos. Ao contrário da integração econômica mundial do século XIX instituída pela Grã-Bretanha e nela centrada, o sistema de integração econômica

⁴⁸Karl Marx e Friedrich Engels, *The Communist Manifesto*, Harmondsworth, Middlesex, Penguin, 1967, p. 83-84.

⁴⁹Ver Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 66-69.

mundial instituído pelos Estados Unidos e nele centrado na era da Guerra Fria não se apoiava no livre-comércio unilateral da potência hegemônica e na cobrança de tributo do império territorial ultramarino. Apoiava-se em um processo de liberalização comercial bilateral e multilateral, acompanhado e administrado de perto pelos Estados Unidos, que agia em concerto com seus aliados políticos mais importantes, e em um transplante global das estruturas organizacionais verticalmente integradas das corporações norte-americanas⁵⁰

A liberalização comercial administrada e o transplante global de corporações dos Estados Unidos visavam a uma dupla finalidade: manter e expandir o poder mundial dos Estados Unidos e reorganizar relações interestatais de modo a “conter” não somente as forças da revolução comunista, como também as forças do nacionalismo que dilacerara e acabara por destruir o sistema de integração econômica mundial britânico do século XIX. Na consecução desses dois objetivos, o transplante ultramarino das corporações norte-americanas teve prioridade sobre a liberalização do comércio. Assim, conforme Robert Gilpin⁵¹ ressaltou com referência à política dos Estados Unidos na Europa, a motivação fundamental do apoio norte-americano à unificação econômica da Europa Ocidental foi a consolidação dos poderes ocidental e norte-americano frente à União Soviética. Nesta tarefa, o governo dos Estados Unidos estava disposto a tolerar uma certa discriminação à importação de mercadorias americanas no recém-criado Mercado Comum Europeu. Mas não estava disposto a tolerar a discriminação ao transplante de corporações norte-americanas para aquele mercado.

Segundo Gilpin, o relacionamento dessas corporações com o poder mundial dos Estados Unidos não diferia muito daquele das sociedades anônimas privilegiadas com o poder britânico nos séculos XVII e XVIII:

“A corporação multinacional norte-americana, a exemplo de sua antecessora mercantil, desempenhou um papel importante na manutenção e expansão do poder dos Estados Unidos⁵²”

Esta afirmação é, sem dúvida, verdadeira, mas apenas até certo ponto. O transplante global de corporações norte-americanas realmente manteve e expandiu o poder mundial dos Estados Unidos ao estabelecer direitos sobre rendimentos e controles sobre recursos de países estrangeiros. A importância desses direitos e controles não deve ser subestimada. Em última instância, eles constituíam a diferença singular mais importante entre o poder mundial dos Estados Unidos e o da União Soviética e, por implicação, a razão singular mais importante pela qual o declínio do poder mundial dos Estados Unidos, ao contrário do da União Soviética, processou-se gradualmente, e não catastroficamente⁵³

Contudo, o relacionamento entre a expansão transnacional das corporações norte-americanas e a manutenção e expansão do poder dos Estados Unidos tem sido tanto de contradição quanto de complementaridade. Por um lado, os direitos sobre rendimentos estrangeiros estabelecidos pelas subsidiárias de corporações norte-americanas não se traduziram em um aumento proporcional na renda dos habitantes dos Estados Unidos nem na do governo norte-

⁵⁰Idem, ibidem, p. 69-72.

⁵¹Ver Robert Gilpin, *U. S. Power and the Multinational Corporation*, Nova York, Basic Books, 1975, p. 108.

⁵²Idem, ibidem, p. 141-142.

⁵³Para um comentário anterior sobre esta diferença, ver Giovanni Arrighi, “A Crisis of Hegemony”. In: Samir Amin, Giovanni Arrighi, Andre Gunder Frank e Immanuel Wallerstein, *Dynamics of Global Crisis*, Nova York, Monthly Review Press, 1982, p. 95-97.

americano. Muito pelo contrário, precisamente quando a crise fiscal do “Estado de guerra/Estado do bem-estar” dos Estados Unidos tornou-se aguda, sob o impacto da guerra do Vietnã, uma percentagem crescente da renda e liquidez das corporações norte-americanas, ao invés de ser repatriada, fluiu para os mercados de capitais no exterior. Segundo Eugene Birbaum do Chase Manhattan Bank, o resultado foi

“a acumulação de um volume imenso de fundos líquidos e de mercado -- o mundo financeiro do eurodólar -- livre da autoridade reguladora de qualquer país ou agente”

⁵⁴.

Curiosamente, a organização deste mundo financeiro do eurodólar, como as organizações da diáspora genovesa do século XVI e da diáspora comercial chinesa dos tempos pré-modernos ao presente, ocupa locais mas não é definida pelos locais que ocupa. O chamado mercado do eurodólar ou da euromoeada, conforme Roy Harrod tão bem o caracterizou antes do advento da super auto-estrada da informação,

“não tem sede nem edifício próprios ... Fisicamente ele consiste apenas de uma rede de telefones e telexes espalhados pelo mundo, telefones que podem ser usados para outras finalidades que não os negócios com o eurodólar”⁵⁵.

Este espaço-de-fluxo não está sujeito a jurisdição de nenhum Estado. E embora os Estados Unidos talvez ainda conservem algum acesso privilegiado a esses serviços e recursos, a principal tendência nos últimos 25 anos tem sido a de todos os Estados-nações, inclusive os Estados Unidos, tomarem-se servos ao invés de senhores das altas finanças extraterritoriais.

Igualmente importante, a expansão transnacional de corporações norte-americanas provocou reações competitivas em velhos e novos centros de acumulação de capital que enfraqueceram e, com o tempo, reverteram os direitos dos Estados Unidos sobre rendimentos e recursos estrangeiros. Conforme observou Alfred Chandler⁵⁶ na ocasião em que Servan Schreiber convocou os europeus a resistirem ao “Desafio Americano” - um desafio que, do seu ponto de vista, não era financeiro nem tecnológico, mas “a extensão à Europa de uma organização que ainda constitui um mistério para nós” - um número crescente de empresas européias tinha encontrado meios e maneiras eficazes de enfrentar o desafio e de se tornarem elas próprias as desafiantes das corporações norte-americanas tradicionais até no mercado interno dos Estados Unidos. Na década de 1970, o valor acumulado de investimentos diretos estrangeiros não-americanos (a maior parte da Europa Ocidental) cresceu uma vez e meia mais rapidamente do que o investimento direto estrangeiro dos Estados Unidos. Na década de 1980, estimava-se que havia mais de 10.000 corporações transnacionais de todas as origens nacionais e, no início da década de 1990, esse número triplicara⁵⁷.

Esse crescimento explosivo no número de corporações transnacionais foi acompanhado por uma drástica redução na importância dos Estados Unidos como fonte e, em contrapartida por um aumento de sua importância como receptor de investimento direto estrangeiro. As formas transnacionais de organizações comerciais inovadas pelo capital norte-americano, em outras

⁵⁴Citado em Jeffrey A. Frieden, *Banking on the World. The Politics of American International Finance*, Nova York, Harper and Row, 1987, p. 85 (o grifo está no original).

⁵⁵Roy Harrod, *Money*, Londres, Macmillan, 1969, p. 319.

⁵⁶Alfred Chandler, *Scale and Scope. The Dynamics of Industrial Capitalism*, Cambridge (Ma), The Belknap Press, 1990, p. 615-616.

⁵⁷Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, p. 73 e 304.

palavras, rapidamente deixaram de ser um “mistério” para um número grande e cada vez maior de competidores estrangeiros. Por volta da década de 1970, o capital da Europa Ocidental desvendara todos os seus segredos e começara a superar as corporações norte-americanas em casa e no exterior. Na década de 1980 foi a vez do capital do Leste asiático superar tanto o capital da Europa Ocidental quanto o dos Estados Unidos com a formação de um novo tipo de organização transnacional de negócios, uma organização profundamente enraizada nas dádivas históricas e geográficas da região, que combinava as vantagens da integração vertical com a flexibilidade das redes comerciais informais. Não importa, porém, qual a fração do capital vencedora; o resultado de cada rodada na competição era um novo aumento no volume e na densidade da rede de trocas que ligava povo e território por meio das jurisdições políticas tanto regional quanto globalmente.

IV

Voltamos portanto à ascensão do Leste asiático e sua complexa configuração política e econômica, que hoje nos parece um caso especial da configuração ainda mais complexa do sistema mundial capitalista durante toda a sua história. Nas duas configurações, os principais agentes de formação e expansão do sistema mundial capitalista parecem ter sido organizações que são algo menos (cidades-Estados e quase-Estados) ou algo mais (quase-impérios) do que Estados-nações ou algo diverso (diásporas comerciais e outras organizações capitalistas transterritoriais) das mesmas. Em um momento decisivo de sua evolução, o sistema mundial capitalista eurocêntrico incorporou-se a um sistema de Estados-nações, mas a sua expansão posterior continuou a depender da formação em seu meio de organizações que se assemelhavam às suas predecessoras da pré-modernidade e do início da modernidade. Acresce que, à medida que o sistema capitalista eurocêntrico foi abarcando todo o planeta, os Estados-nações gradualmente perderam seu centralidade como sede principal de poder mundial. O poder mundial, ao invés, passou a se concentrar em organizações governamentais e não-governamentais, estruturalmente diferenciadas, que reproduzem em escala muito maior e de forma incomparavelmente mais complexa muitas características dos modos de dominação e de acumulação da pré-modernidade e do início da modernidade.

Essa formação histórica “confusa” não se ajusta muito bem ao conceito de “economia mundial capitalista” que predomina nos estudos dos sistemas mundiais. A fim de captar a ascensão e o presente declínio do sistema de Estados-nações, tal conceito precisa ser revisto de forma complementar à revisão que Christopher Chase-Dunn e Thomas Hall realizaram no conceito de “império mundial”. Segundo os dois autores, a afirmação de Wallerstein de que aquilo que torna o sistema mundial moderno singular é ser a única economia mundial (Estados concorrentes dentro de um único sistema econômico) que não se transformou em um império mundial (um único Estado englobando um sistema econômico inteiro) não resiste muito bem à verificação empírica.

“O sistema mundial moderno é aparentemente a economia mundial de maior longevidade, mas houve outras que duraram vários séculos ... Entre outras coisas, isto sugere que o famoso sistema interestatal da economia mundial capitalista não é a novidade que houve quem afirmasse ser.”

Com isso, propõem substituir o conceito de “império mundial” pelo de “império de núcleo amplo” (*core-wide empire*) para acomodar o fato de que os sistemas mundiais pré-modernos

baseados no Estado oscilavam pendularmente entre impérios de núcleos amplos e sistemas interestatais⁵⁸

Em contraposição, a reconceituação aqui proposta refere-se à própria idéia de “economia mundial capitalista”. Da mesma forma que Chase-Dunn e Hall identificaram mais características “modernas” nos sistemas mundiais pré-modernos do que a dicotomia wallersteineana de “império mundial” e “economia mundial” permitiria, também identificamos mais características “pré-modernas” no sistema mundial moderno do que permitiria aquela mesma dicotomia. A razão pela qual o famoso sistema interestatal da economia mundial capitalista não é a novidade que Wallerstein afirmou ser, não é apenas porque várias de suas características já se encontravam presentes nos sistemas mundiais pré-modernos. É também porque várias características dos impérios nucleares pré-modernos desempenharam um papel crítico na formação, expansão e presente substituição do sistema interestatal moderno.

Segundo indicam os estudos sobre a Europa Ocidental pré-moderna e o Leste asiático moderno, precisamos de um conceito de “economia mundial capitalista” que defina o capitalismo como uma formação intersticial, tanto dos tempos pré-modernos quanto dos modernos. O capitalismo como modo de dominação e acumulação realmente prevaleceu, primeiro na Europa e em seguida no planeta. Mas ele nunca perdeu inteiramente seu caráter intersticial, que é tão evidente hoje no centro emergente do capitalismo moderno (Leste asiático) como no seu centro original (Europa Ocidental) do século XVI. Entre um e outro encontra-se a era do sistema interestatal moderno. Mas enquanto continuarmos fascinados pelos *containers* típicos de poder da era atual, estaremos tão mal equipados para prever o futuro do nosso mundo quanto para compreender suas origens e sua evolução.

⁵⁸, Christopher Chase-Dunn e Thomas D. Hall, “The Historical Evolution of World-Systems”. Texto apresentado na reunião anual da American Sociological Association, Miami, agosto de 1993; e Christopher Chase-Dunn, “World Systems Analysis”. In: S. C. Chew e R. Denmark (eds.), *The Underdevelopment of Development* (no prelo); ver também Christopher Chase-Dunn e Thomas D. Hall, “Comparing World-Systems: Concepts and Working Hypotheses”, *Social Forces*, Vol. 71, nº 4, p. 851-886 e ainda, desses mesmos autores, *Rise and Demise: Comparing World-Systems*, Boulder (CO), Westview (no prelo).